Ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite – CIB em 2023

Aos nove dias do mês de fevereirodo ano de dois mil e vinte e três, no auditório da FUNESA, localizado na travessa Basílio Rocha, nº 33, B. Getúlio Vargas, Aracaju/SE, às oito horas e trinta minutos, aconteceu a 1ª (primeira) reunião ordinária da Comissão IntergestoresBipartite - CIB. Estiveram presentes os (as) seguintesmembros representantes estaduaistitulares – SEASC: Érica Lima Cavalcante Mitidieri;Marirôze Vilanova de Gois; Helga Muller Mengel; Luiz Fernando Teodoro Almeida; Luzia Santos Góis; Juliana Ferreira de Oliveira. Como também, os representantes estaduais suplentes - SEASC: Basílio Gonzaga de Lima; Evellyn Christyne Ribeiro Alves; Roberta Viana Menezes Salgado;José Carlos Ferreira Passos; Sibelle Gomes de Sá Santos;Kátia Cristina Ferreira dos Santos. Estiveram presentes os membrosrepresentantes titulares dos Municípios de Pequeno Porte 1: Maria Clemilde da Silva – Pirambu; Ricardo de Santana Marques – Nossa Senhora de Lourdes; a Representante dos Municípios de Pequeno Porte 2: Osanir dos Santos Costa; o Representante dos Municípios de Médio Porte: Valdiosmar Vieira Santos – Lagarto. Representante dos Municípios de Grande Porte: Michelle Marry Costa Campos – Nossa Senhora do Socorro.Representante da Capital: Cristiana Fontes Gonzales Leite – Aracaju. Estiveram presentes também: os representantes dos municípios de Areia Branca; Arauá; Riachuelo; São Cristóvão; Aquidabã; Estância e Malhador. A reunião apresentou os seguintes pontos de pauta:**I – APRESENTAÇÕES: 1.**Apresentação dos membros; **2.** Organograma da SEASC; **3.** Fluxograma Cofinanciamento Estadual.**II - PACTUAÇÕES: 1.** Reavaliação do calendário da CIB 2023;**2.** Criação da Câmara Técnica de Avaliação do Plano Estadual de Apoio Técnico (PEAT) 2022 e discussão do PEAT 2023;**3.** Criação da Câmara Técnica para discussão do Cofinanciamento Estadual; **III - INFORMES:1.**SEASC: Diretoria do CadÚnico e Vigilância Socioassistencial; - Cartão Mais Inclusão – saldos acumulados – Cmais Alimentação e SPI; Percurso Formativo do SUAS; COEGEMAS; Interlocução da Casa da Mulher Brasileira com a Proteção Social Especial; **IV – O QUE OCORRER.**A primeira reunião da Comissão IntergestoresBipartite de Sergipe do ano de 2023 foi iniciada após a verificação do quórum, pela secretária executiva Thaís Chagas, com os cumprimentos da Secretária de Estado da Assistência Social e Cidadania e coordenadora desta comissão, Érica Mitidieri. Ato contínuo, foi realizada a leitura da minuta de pauta, sendo esta, aprovada por unanimidade. **I – 1.** Em seguida, considerando a nova composição dos membros da CIB, foi realizada uma rodada geral de apresentações entre representantes estaduais e municipais, ademais, foi estimada boas-vindas à nova equipe pelos representantes municipais, como também, a secretária Érica Mitidieri firmou o compromisso com os presentes, de disponibilizar toda a equipe da Seasc para apoiar os municípios, na perspectiva de fortalecer e avançar a Política Estadual de Assistência Social. **2.** Em continuidade, a Diretora de Planejamento da Seasc, Juliana Oliveira, assumiu a fala para apresentar o novo organograma da secretaria. O instrumental foi repassado para visualização de todos os presentes e a Diretora de Planejamento foi pontuando asdiretorias e superintendências, assim como, suas respectivas capilaridades técnicas. Após, a Secretária Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora do Socorro, Michelle Marry, expressou receio no que se refere à diretoria de Benefícios e Programas Socioassistenciais, dentro da divisão do organograma, estar separada da Diretoria de Proteção Social, visto que, segundo ela, poderá dificultar o fluxo de informações. Em resposta, a superintendente de Assistência Social, Roberta Salgado, garantiu que as divisões organizacionais foram realizadas a critério de gerenciamento das atividades, mas que as ações e informações referentes à Política de Assistência Social serão alinhadas entre todas as diretorias envolvidas. Endossando a fala de Roberta, a coordenadora da CIB

reafirmou o compromisso de colocar toda a equipe da Seasc disponível para o cumprimento do papel precípuo do estado, que é prestar apoio e orientação aos municípios e destacou ainda, que em caso de qualquer entrave existente, o representante municipal deveria comunicá-la pessoalmente, para que fosse analisada a resolução da situação. **3.** Ato contínuo, Roberta Salgado retomou a fala para apresentar o Fluxograma do Cofinanciamento Estadual e seu respectivo cronograma mensal de pagamento, sinalizando que no dia 01, a Superintendência de Assistência Social realizará a solicitação do repasse, entre os dias 02 a 10, a Diretoria de Planejamento articulará com a Secretaria de Estado da Fazenda para a verificação orçamentária, entre os dias 11 a 20, a Diretoria Administrativa e Financeira providenciará a anexação do empenho e o saldo da conta para a solicitação do recurso e posterior emissão dos boletos, também em articulação com a Sefaz, entre os dias 21 e 25, o gabinete autorizará para pagamento, de 26 a 30, a Diretoria Administrativa e Financeira realizará a transferência de recursos e ao final do exercício fiscal, o Controle Interno realizará a análise da prestação de contas. Após a explanação, os municípios elogiaram o planejamento realizado e também sugeriram através do Secretário Municipal de Assistência Social de Nossa Senhora de Lourdes, Ricardo Marques, que houvesse um cronograma para o Cartão Mais Inclusão, uma vez que, estavam ocorrendo atrasos nas listas de beneficiários e prejudicando a logística de entrega pelos municípios e consequentemente, atraso no acesso pela população. Em resposta, José Carlos Passos, diretor do Cadastro Único da Seasc, pediu desculpas pelos transtornos e informou que em decorrência da nova dinâmica implementada com a chegada da nova gestão, alguns fluxos foram alterados, e ocasionou pequenos atrasos. Em complementação, informou que as novas listas já estavam prontas e os cartões das gestantes que estavam em atraso, terão as parcelas pagas retroativamente no mês de março. Em adendo à discussão, os representantes municipais também sinalizaram a necessidade de reavaliação da estrutura e do fluxo do Cartão Mais Inclusão, dado que, é um programa de transferência de renda com um impacto bastante positivo, porém, do modo que está posto, tem gerado um retrabalho para as equipes estaduais e municipais. Em complementação, Ricardo Marques sugeriu que a demanda deveria partir dos municípios, por conhecer a realidade e demandas territoriais e as informações validadas pelo estado. Ademais, Maria Clemildes também sugeriu que os municípios pudessem verificar os saldos acumulados nas contas dos beneficiários, para facilitar o acompanhamento aos usuários. Por fim a discussão deste ponto, a secretária Érica Mitidieri sinalizou sensibilizar-se com as demandas indicadas, bem como, comprometeu-se em acolher os apontamentos, para posteriormente dialogar especificamente sobre essa pauta. Destacou ainda, a riqueza do referido diálogo para o melhor direcionamento da Política de Assistência Social no estado. **II – 1.** Adentrando a pauta de pactuações, a coordenadora da CIB apresentou a proposta de repactuação do calendário da CIB, para que as reuniões ocorram de forma contínua, bimestralmente. Os representantes municipais pontuaram preocupação em ter descontinuidade nas reuniões, visto que a CIB configura-se numa importante instância de diálogo e construção da Assistência Social no estado. Em resposta, a secretária Érica Mitidieri informou sua fidelidade aos compromissos firmados e afirmou que as datas pactuadas serão seguidas com rigor. Deste modo, pactuou-se pela aprovação das reuniões bimestrais, conforme as datas estabelecidas em resolução apresentada. **2.** No segundo ponto, foi realizada a leitura da minuta de pactuação da criação da câmara técnica de avaliação do Plano Estadual de Apoio Técnico 2022 e discussão do Plano Estadual de Apoio Técnico 2023 conforme havia sido sinalizado na reunião da CIB de dezembro de 2022, já com a composição encaminhada pela Seasc e Coegemas. Finalizada a leitura, não havendo nenhuma objeção, a resolução foi pactuada por unanimidade. **3.** Em prosseguimento, o representante municipal Ricardo Marques informou que por uma pontuação do Coegemas em

reunião com a Secretária Érica Mitidieri, em decorrência de alguns gargalos no processo do cofinanciamento estadual, principalmente quanto ao procedimento de prestação de contas, em que, segundo ele, configurava-se de modo diferenciado conforme cada mudança de gestor estadual. Assim, acordou-se pela criação de uma câmara técnica para debater o referido tema, na perspectiva de qualificar o repasse e seu respectivo fluxo. Após, a coordenadora da CIB, apresentou a nova dirigente do Controle Interno da Seasc, a senhora Evellyn Ribeiro e informou que ela estaria à disposição dos municípios, bem como, trabalhando na análise da otimização dos processos de prestação de contas. Deste modo, foi pactuada a criação da câmara técnica, conforme quantitativos estabelecidos em minuta de resolução analisada, para indicação posterior dos componentes em até 07(sete) dias. Concluída as pactuações, Ricardo Marques retomou a fala para solicitar informações quanto à previsão de execução do Programa CapacitaSuas, visto que, foi comunicado ao Núcleo de Educação Permanente do Suas a possibilidade de suspensão de execução e durante a última reunião da CIB, havia sido comunicada a assinatura do contrato. Em resposta, a coordenadora da CIB passou a palavra para a senhora Luzia Góis, assessora jurídica da Seasc, para que fossem realizadas as considerações. Ao assumir a fala, Luzia informou que a execução do Programa CapacitaSuas está suspensa, visto que o processo está sob análise da Procuradoria Geral do Estado(PGE) aguardando a emissão de parecer. Em seguida, o Secretário Municipal de Assistência Social de Lagarto, Valdiosmar Vieira, destacou a importância da execução do Programa, por considerar que há dez anos, gestores, técnicos, conselheiros e demais atores doSuas esperam pela realização do CapacitaSuas, na perspectiva de fortalecer e qualificar a Política de Assistência Social. Ao retomar a fala, Luzia Góis destacou que no início do ano, a instituição executora do Programa, a Universidade Federal de Sergipe (UFS), procurou a Seasc com a finalidade de solicitar um aditivo de prazo para o início da realização, sob a justificativa do período de férias letivas, e a contratação previa execução imediata, tendo sido assinado o contrato no dia 06 de dezembro. Assim, a partir da solicitação da UFS, o setor jurídico da Seasc analisou o processo e identificou pontos de possíveis inconsistências contratuais e por se tratar de um contrato envolvendo um grande aporte de recursos, objetivando assegurar a lisura do processo, bem como, a garantia de segurança jurídica para a secretária Érica Mitidieri prosseguir com a execução do contrato, o processo foi submetido à PGE para análise. Em complementação, a coordenadora da CIB afirmou compreender e acolher as angústias de todos os envolvidos e o anseio pela pronta realização do referido processo de formação, mas, uma vez que, o setor jurídico da Seasc sinaliza possíveis fragilidades na modalidade de contratação, mesmo reconhecendo a seriedade da UFS e a sua relevante contribuição para a sociedade, optou por resguardar-se por meio do aval da PGE. Por fim ao ponto de discussão, acordou-se que após o posicionamento da PGE, os possíveis desdobramentos referentes ao CapacitaSuas seriam comunicados a este colegiado. **III – 1.** Quanto aos informes da Seasc, o Diretor do Cadastro Único e Vigilância Socioassistencial, José Carlos Passos, destacou que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome iniciará um processo de averiguação cadastral às famílias unipessoais, em atendimento a uma solicitação do Tribunal de Contas da União, em decorrência da repentina ampliação de cadastros nessa modalidade. Em continuidade aos informes, foi reiterado pela coordenadora da CIB que existiam alguns municípios que estavam com saldos acumulados em conta nos cartões CMAIS e a equipe técnica entraria em contato para providências devidas. No que se refere ao percurso formativo do Suas, Marirrôze Vilanova informou que essa atividade vem sendo desenvolvida desde o final do ano de 2022, direcionada aos coordenadores dos equipamentos socioassistenciais e ocorrerá ao longo do mês de fevereiro, conforme cronograma a ser disponibilizado. Em sugestão, a representante de Nossa Senhora do Socorro, Michelle Marry,

sugeriu que o controle social também fosse inserido nessas atividades formativas. **2.** No que se refere aos informes do Coegemas, Valdiosmar Vieira sinalizou os equívocos que estão ocorrendo no processo de implantação das "Casas da Mulher Brasileira", em que o judiciário sergipano tem delegado aos municípios, que as equipes dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) realizem atendimentos nesses novos espaços, tendo por vezes, que se ausentarem dos locais de trabalho de origem. Valdiosmar destacou ainda, que as referidas equipes são custeadas com recurso da Política de Assistência Social, inclusive do cofinanciamento estadual, e é necessário que sejam efetivadas ações para sanar essas problemáticas. Em continuidade, membros da CIB, representantes municipais e do Conselho Estadual de Assistência Social sinalizaram ainda, a relação do sistema judiciário quanto ao atendimento do agressor em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher. Michelle Marry destacou que havia sido realizado um curso promovido pelo Tribunal de Justiça de Sergipe, com conteúdo positivo, voltado para grupos reflexivos, porém, foi apresentado aos profissionais participantes, um termo de compromisso, assumindo a responsabilidade de executar tais grupos, no seu espaço laboral. Além disso, representantes municipais relataram ainda, reiteradas delegações judiciais para que os Creas realizem os serviços de grupos reflexivos. Entre os presentes, foi enfatizada a necessidade de atendimento e educação voltada ao agressor, porém, destacou-se que essa pauta não deve ser absorvida pela Política de Assistência Social, visto que, as normativas que preconizam a oferta dos serviços, prezam pelo atendimento e proteção à vítima de violência, ficando o atendimento ao agressora cargo da justiça. Em resposta, a secretária Érica Mitidieri destacou mais uma vez a importância desse diálogo junto aos municípios, por elucidar as demandas existentes e complementou dizendo, que em discussão preliminar que teve com os representantes do judiciário, ficou acordado que esta seria uma incumbência do judiciário e a Seasc, bem como a Secretaria de Política para as mulheres, seriam parceiras na rede de enfrentamento à violência. Deste modo, a coordenadora da CIB informou que na semana seguinte teria uma agenda com os representantes do TJ/SE e sugeriu que o representante do Coegemas pudesse compor o momento, para pontuar as questões trazidas na presente reunião. Sugestão esta acatada, ficando assim pactuada. Ato contínuo, Valdiosmar Vieira informou que os encontros do Coegemas Regional e Nacional ocorrerão em Salvador e Porto de Galinhas, respectivamente, sendo o primeiro em julho e o segundo em setembro. Ademais, trouxe à pauta o relato da última reunião da Comissão IntergestoresTripartite (CIT), destacando como os principais pontos, a retomada dos valores do cofinanciamento federal equivalentes ao ano de 2015, em que foi informado que devido ao orçamento do ano anterior, não foi possível a ansiada ampliação, mas que já havia tido avanços. Outrossim, foi informado ainda que será implantado um aporte de recursos para fortalecer a gestão do cadastro único, na perspectiva de averiguação dos cadastros de famílias unipessoais. Além disso, informaram estar empenhados na diminuição da fila de espera do Benefício de Prestação Continuada, como também, dialogar com a Ordem dos Advogados do Brasil sobre o tipo de posicionamento quanto ao requerimento dos benefícios. Destacou ainda que foi pontuado pelo MDS que o Programa Criança Feliz será reanalisado sob a ótica da primeira infância no Suas. Por fim, destacou a importância da retomada do diálogo entre as instâncias do Suas, parabenizou a Secretária Érica Mitidieri pela participação na CIT e enfatizou a relevância da continuidade de sua presença nesses espaços. Em complementação, Ricardo Marques sugeriu que as resoluções da CIB fossem incluídas no site da Seasc e em resposta, Roberta Salgado informou que o site está sendo reformulado e esse é um dos pontos já previstos na nova versão. **3.** Quanto aos informes do Ceas, a presidente Maria José destacou os avanços nos últimos meses com a relação de parceria com a gestão estadual, pontuou que o Conselho coloca-se enquanto parceiro na perspectiva da construção

da Política Estadual de Assistência Social e informou que o relatório de gestão do Ceas será encaminhado aos municípios, visto o prolongamento do horário da reunião, e após, apresentou o tema da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social, sendo este: "Reconstrução do Suas: O Suas que temos e o Suas que queremos", e que terá como eixos: Financiamento; Controle Social; Articulação entre os segmentos; Serviços, programas e projetos; Benefícios e Transferência de Renda". Em continuidade, apresentou o cronograma de realização das conferências municipais: de 03 de abril a 15 de julho; estaduais: de 16 de agosto a 16 de outubro e a nacional de 05 a 08 de dezembro de 2023. Por fim, Roberta Salgado, em nome da coordenadora da CIB, agradeceu a presença de todos(as), a reunião deu-se por encerrada, e eu, Thais Virginia Chagas Almeida, secretária executiva desta CIB, lavrei a presente ata que será lida e assinada.

_____

Érica Lima Cavalcante Mitidieri
Secretária da SEASC/Coordenadora da CIB

_____

Valdiosmar Vieira Santos
Presidente do Coegemas

_____

Thaís Virginia Chagas Almeida
Secretária Executiva da CIB